

LEVANTAMENTO SOBRE A DIVERSIDADE NO FUTEBOL BRASILEIRO



Em sua primeira edição, o Levantamento sobre a Diversidade no Futebol Brasileiro nasce com o objetivo de descrever o perfil dos principais atores do jogo e de se tornar um importante instrumento de combate ao racismo e outras formas de discriminação.

Uma convocação a atletas, torcedores, clubes, federações, empresas e veículos de comunicação, entre outros, para a construção de um futebol – e de uma sociedade – com mais diversidade, inclusão e respeito.



Copyright @ 2023 Observatório da Discriminação Racial no Futebol

Título:

Levantamento sobre a Diversidade no Futebol Brasileiro

Idealização:

Marcelo Carvalho e Elton de Castro

Coordenação geral e texto:

Elton de Castro

Ilustração:

Raiana Britto

Design e diagramação:

Karen Saji

Colaboração:

Bruno Teixeira

Ricardo Leão

Vitor Abud

Realização:

Observatório da Discriminação Racial no Futebol

Confederação Brasileira de Futebol – CBF

FISIA – Distribuidora Oficial Nike no Brasil

São Paulo - SP

2023

SUMÁRIO

5 **Apresentação**

8 **Metodologia**

9 **Principais reflexões:**

10 O combate ao racismo precisa ir além das notas de repúdio e posts em redes sociais.

13 O medo de existir e o longo caminho contra a homofobia.

15 Nem a fé escapa da intolerância.

17 Xenofobia é crime, mas poucos sabem.

19 Onde estão as mulheres no futebol?

22 **Considerações finais**

26 **Referências bibliográficas**

28 **Apêndice**

APRESENTAÇÃO

O Levantamento sobre a Diversidade no Futebol nasce de um sonho das pessoas que fazem o **Observatório da Discriminação Racial no Futebol**: ter um instrumento capaz de descrever o perfil racial, religioso, de orientação sexual e origem dos principais atores do jogo, assim como compreender suas experiências para questões discriminatórias, visando direcionar mais ações na caminhada para um esporte mais diverso e inclusivo. Sua idealização foi abraçada pela **Confederação Brasileira de Futebol (CBF)** e pela **Nike**, que estão juntas com o Observatório neste desafio.

Afinal, fazer um levantamento sobre diversidade é uma iniciativa desafiadora em um país que historicamente pratica o apagamento de pessoas negras, indígenas e de suas culturas; que propaga a constante violência contra mulheres e pessoas LGBTQIAP+; e que transforma diferenças regionais em hostilidade e ódio. Inevitavelmente, essas manifestações também estão refletidas no futebol brasileiro.

Diante desse cenário, em que se reconhece práticas discriminatórias no esporte e que também se entende o futebol como plataforma social fundamental de combate e conscientização, o Observatório da Discriminação Racial no Futebol, em parceria com a CBF e a Nike, apresenta as principais reflexões em torno dos dados coletados durante os meses de julho e agosto com 508 profissionais - atuantes nas Séries A e B do campeonato brasileiro masculino, além das A1 e A2 do feminino na temporada 2023.

São questionamentos que evidenciam problemas que, regularmente, estão estampados em jornais, televisões e meios de comunicação, replicando no futebol aspectos de um país intolerante, segregador, racista e homofóbico. Mas se ver o tamanho do problema assusta, conhecê-lo de perto surge como oportunidade real de mudança.

Em um país em que 56% da população é negra - segundo dados do IBGE -, é inaceitável que **41% dos atores do futebol pertencentes a essa raça tenham sofrido racismo** ao exercerem seu trabalho. Além disso, **somente 2,75% dos praticantes do candomblé e da umbanda relatam que suas crenças são respeitadas no futebol.**



Chama a atenção que **apenas 1% dos homens se declarem homossexuais ou bissexuais** quando estudos nacionais e internacionais estimam que 8,5% da população brasileira seja parte da comunidade LGBTQIA+ (Nix Diversidade, 2022), principalmente em uma pesquisa na qual a identidade de cada participante está preservada.

Com abrangência entre atletas, profissionais do staff e gestão executiva da modalidade, esse levantamento mostra que **53% dos casos de racismo e 43% dos ataques homofóbicos aconteceram em estádios de futebol**, mas também deixa claro que o preconceito se alastra até mesmo para dentro de concentrações, centros de treinamentos e até às sedes dos próprios clubes.

Os dados ainda apontam que **21% dos participantes sofreram ofensas xenofóbicas, mas apenas 3% se dispuseram a denunciar** algo sobre o tema. E enquanto os profissionais homens conseguem transitar sem problemas entre competições masculinas e femininas, **apenas 8% das mulheres ocupam funções no futebol masculino**.

Se por um lado os dados evidenciam as mazelas sociais impregnadas em nosso futebol, por outro tais reflexões trazem a esperança de que é possível construir políticas de educação e conscientização, além de medidas punitivas, realmente eficazes.

Que esse levantamento inicial sirva para que governos, entidades, clubes e empresas, entre outros grupos, avancem no diálogo e que, por meio de espaços de construção coletiva, passem a desenvolver projetos mais assertivos e consistentes, não limitando o debate e as ações em torno dessas pautas sociais apenas às datas representativas e eventos especiais.

A realização de ações afirmativas, educativas e punitivas precisa, urgentemente, ser compreendida como um compromisso prioritário por todos aqueles que buscam um futebol – e uma sociedade – com mais diversidade, inclusão e respeito.





Primo
2017

METODOLOGIA

PARTICIPARAM DA PESQUISA, TOTALMENTE ANÔNIMA E VOLUNTÁRIA, UM TOTAL DE 508 PROFISSIONAIS - ATUANTES NAS SÉRIES A E B DO CAMPEONATO BRASILEIRO MASCULINO, ALÉM DAS A1 E A2 DO FEMININO.

Com abrangência nacional, a coleta de dados contemplou atletas, equipe de arbitragem, profissionais de saúde como médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, gerentes de futebol, preparadores físicos, preparadores de goleiros, técnicos e outros.

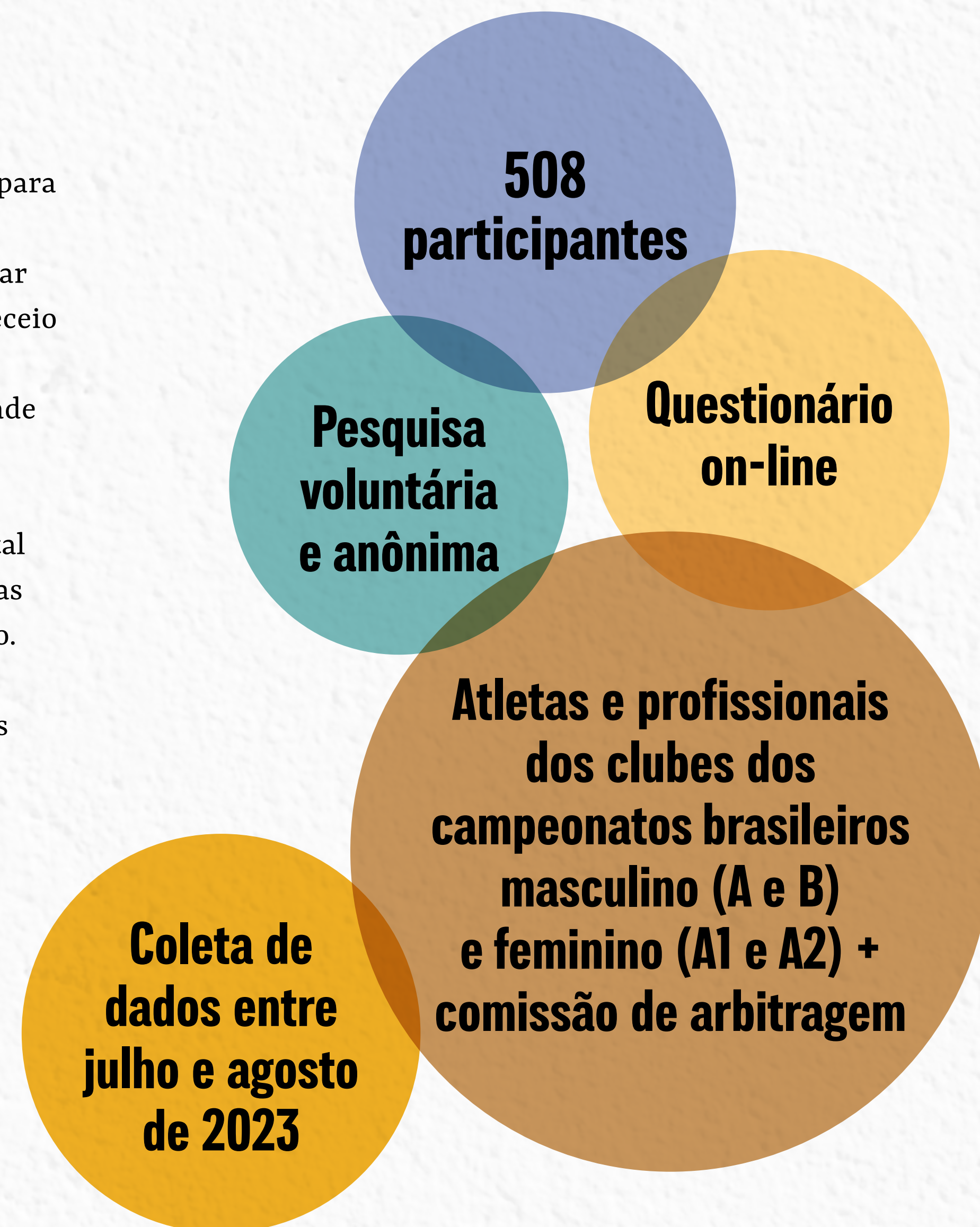
Durante os meses de julho e agosto de 2023, por meio de um link compartilhado, a pessoa participante respondeu a um questionário on-line com cerca de 35 perguntas, entre abertas e fechadas, sobre seu perfil para **questões de raça, religião, de orientação sexual e origem**. Suas experiências para questões discriminatórias também foram abordadas e houve espaço para expressar algum incômodo ou dificuldade que estivesse passando em relação aos temas, ainda que preservando sua confidencialidade. A variação no número de perguntas se justifica, portanto, pelo perfil e experiência de cada respondente.

Importante destacar que por motivo de segurança e para evitar perseguição aos participantes, o questionário foi feito de forma anônima e optou-se por não realizar entrevistas neste momento. O medo de se expor, o receio de perder patrocínio, contratos e ser perseguido por torcedores e dirigentes, fazem ainda parte da realidade do futebol brasileiro.

Além disso, a identidade das vítimas não é fundamental quando a ideia é buscarmos soluções para os problemas estruturais criados por atos discriminatórios e de ódio.

Na sequência, são apresentadas as principais reflexões do levantamento. Longe de esgotar o debate, os dados destacados e os questionamentos realizados são uma provocação para mais discussões.

Já na seção Apêndice estão disponíveis para consulta outros dados desta pesquisa.



PRINCIPAIS REFLEXÕES

- 10** O combate ao racismo precisa ir além das notas de repúdio e posts em redes sociais.
- 13** O medo de existir e o longo caminho contra a homofobia.
- 15** Nem a fé escapa da intolerância.
- 17** Xenofobia é crime, mas poucos sabem.
- 19** Onde estão as mulheres no futebol?

**O COMBATE AO
RACISMO PRECISA
IR ALÉM DAS
NOTAS DE REPÚDIO
E POSTS EM
REDES SOCIAIS.**



APENAS 1,74% DAS 508 PESSOAS PARTICIPANTES NESTE LEVANTAMENTO DIZEM TER COMETIDO RACISMO.

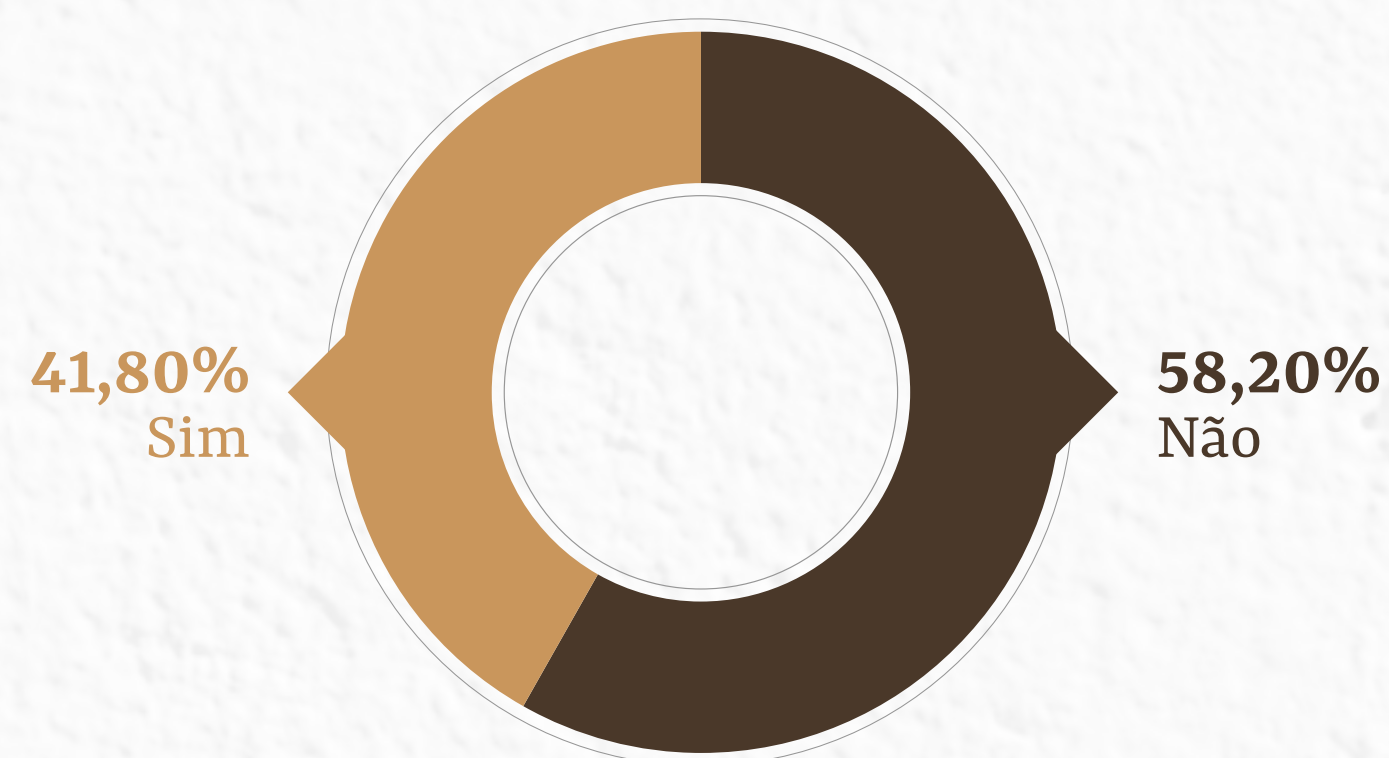
O dado poderia indicar um case de sucesso na luta antirracista no nosso futebol, mas na realidade expõe o quão superficial e insuficiente têm sido as ações de combate ao racismo em nosso esporte.

Basta olhar os dados, que apontam um cenário alarmante: 41% das pessoas negras e 31% das indígenas afirmam terem sido vítimas de racismo durante suas funções no futebol. E 52% dos participantes dizem ter visto acontecer com alguém.

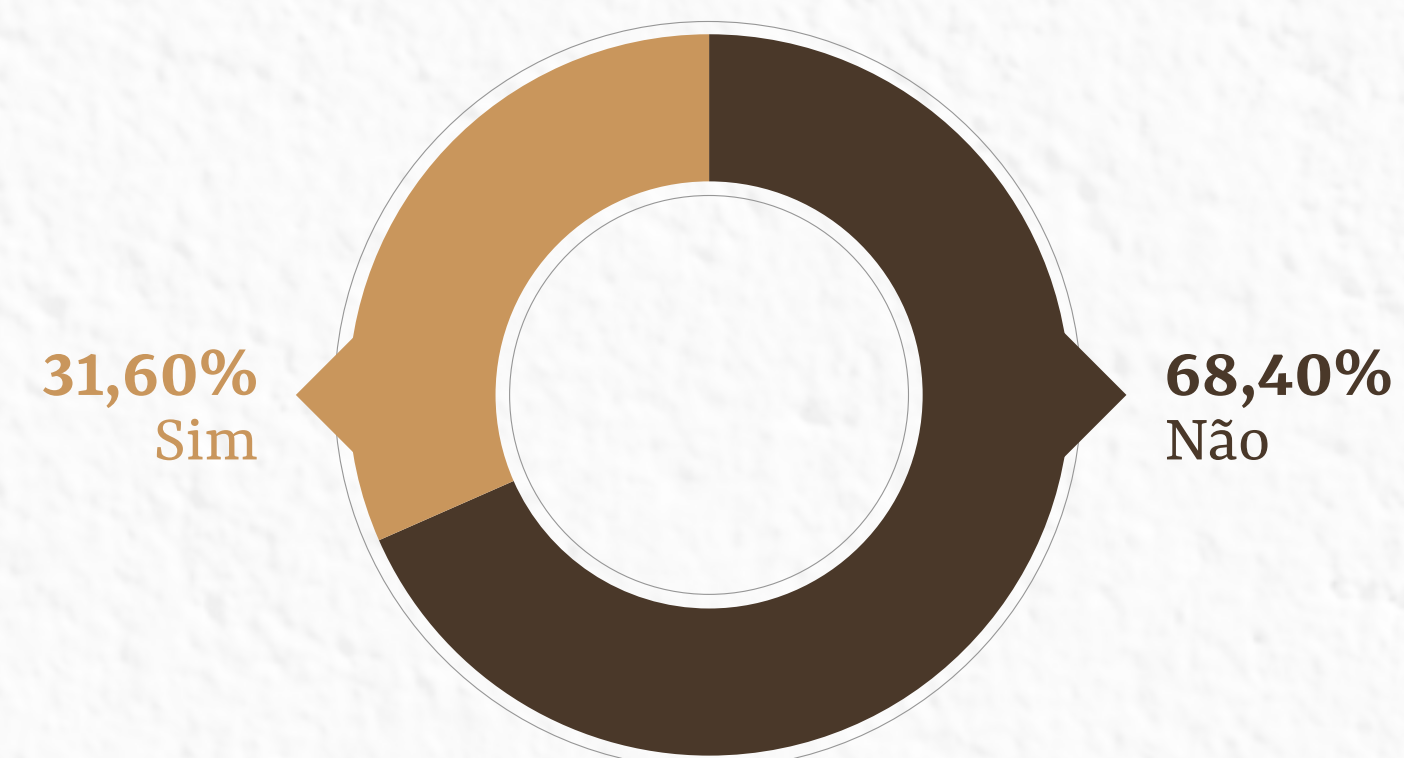
A discrepância nos dados reforça a percepção da potencial falta de conhecimento do que são as mais variadas formas de racismo, além da pouca predisposição para uma mudança. Reconhecer o problema, mas não se inserir nele é contribuir para a manutenção do erro.

Você já sofreu racismo?

Negros:

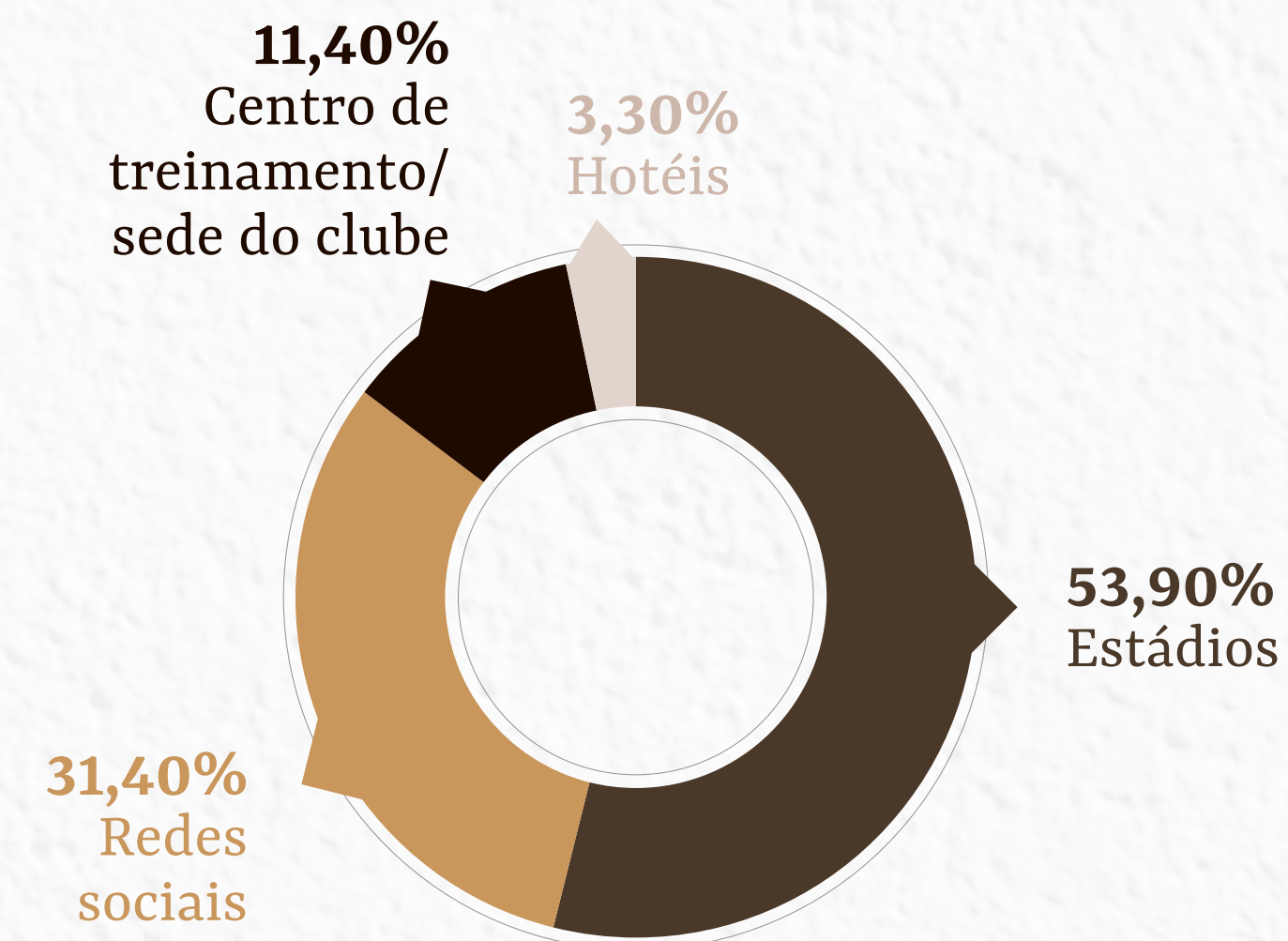


Indígenas:



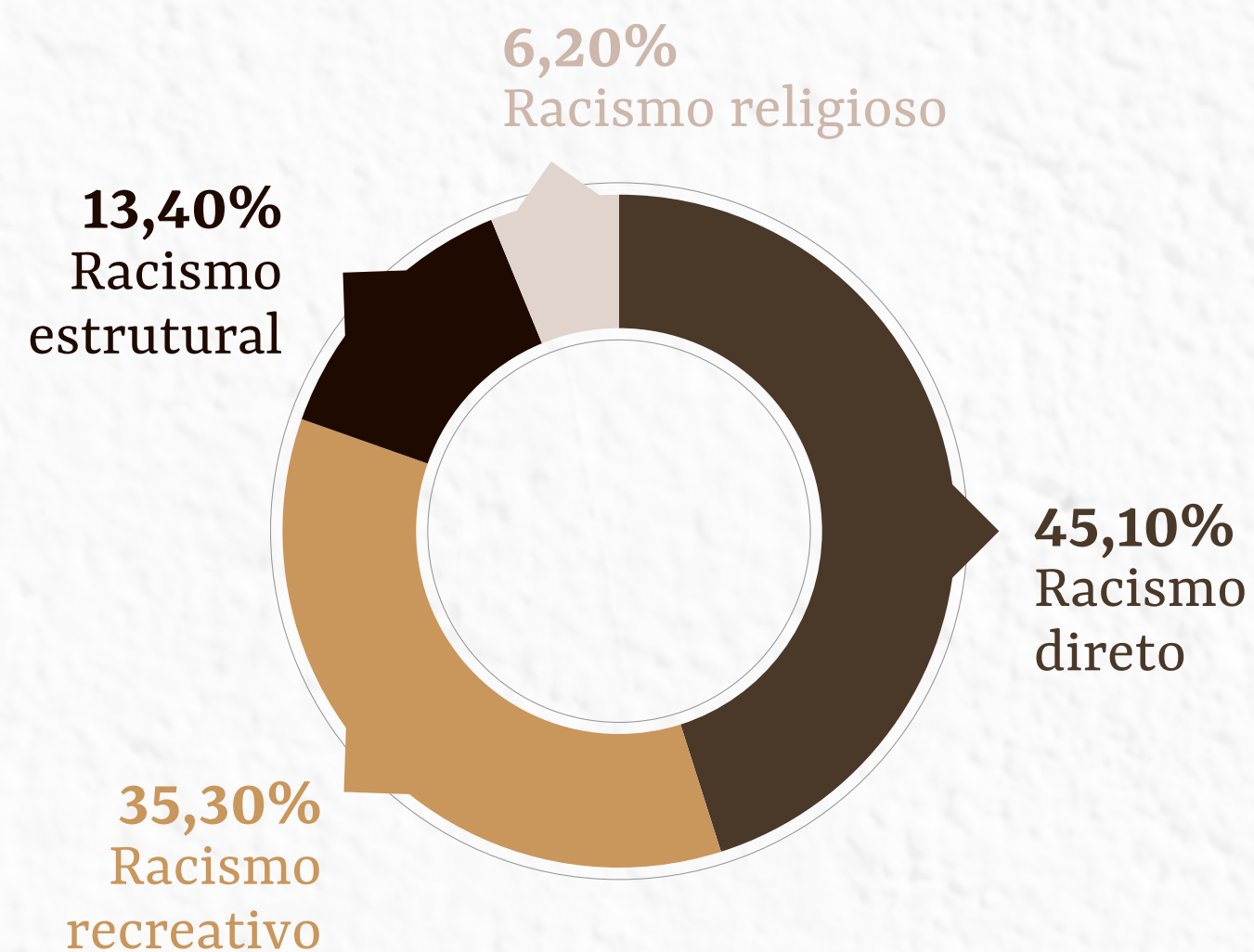
Os números de ataques oriundos de torcidas em estádios (53,9%) e redes sociais (31%) mostram que é urgente campanhas educativas e mais rigor nas punições. Ao mesmo tempo, 11,4% dos participantes afirmaram ter sofrido racismo dentro de centros de treinamentos e concentrações, o que evidencia que o problema está longe de se restringir às ocasiões mostradas pelas telas que cobrem os jogos de futebol.

Onde você foi vítima de racismo?



Principalmente quando 35% dos ataques sofridos pelas pessoas respondentes acontecem de forma recreativa - ou seja, com “piadas”. Para se ter ideia do tamanho do problema, 15,8% dos participantes afirmam terem sido atacadas por funcionários do próprio clube (atletas, dirigentes, entre outros).

Qual tipo de racismo mais recorrente?



Ofensas que, em via de regra, não chegam às redes sociais, aos veículos de comunicação e muito menos às autoridades competentes. São ataques que, mesmo com um rígido código disciplinar, teriam dificuldade de serem combatidos sem uma ação dos clubes. Seja ela educativa, por código de conduta ou punição.

Para além de números alarmantes, a análise sobre racismo desse levantamento torna ainda mais evidente que é urgente a criação de iniciativas coletivas e integradas entre clubes e federações, a fim de transformar o cenário do futebol.

É fundamental que o engajamento não se restrinja a notas de repúdio/apoio após cada caso de racismo direto com atletas. Em um país no qual uma pessoa negra morre a cada 23 minutos - conforme indica o Mapa da Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, divulgado em 2017 - postagens em redes sociais estão longe de ser algo efetivo no combate ao racismo.



**O MEDO DE
EXISTIR E O LONGO
CAMINHO CONTRA
A HOMOFOBIA.**



“SE EU DIGO QUE SOU GAY, QUEM GARANTE QUE MEU NOME NÃO ESTARÁ NO JORNAL AMANHÃ?”

O relato de um dos atletas que respondeu a esse levantamento expõe o sentimento que norteia pessoas LGBTQIAP+ no Brasil: medo. Em um país que mata uma pessoa LGBTQIAP+ a cada 32 horas, segundo o Violências contra LGBTQIA+ (2023), é dilacerante perceber que há temor até mesmo nos ambientes de trabalho.

Para além da violência física, o receio de achincalhamento público, perda de contratos, falta de oportunidades... são ingredientes que provavelmente contextualiza o fato que só 1% dos homens entrevistados tenha se declarado homossexuais ou bissexuais. Medo que fez com que o autor da frase que abre esse texto questionasse a chance de ter seu nome divulgado caso decidisse fazer parte desse percentual. Mesmo sem qualquer chance disso ocorrer - até porque os nomes nem sequer são questionados.

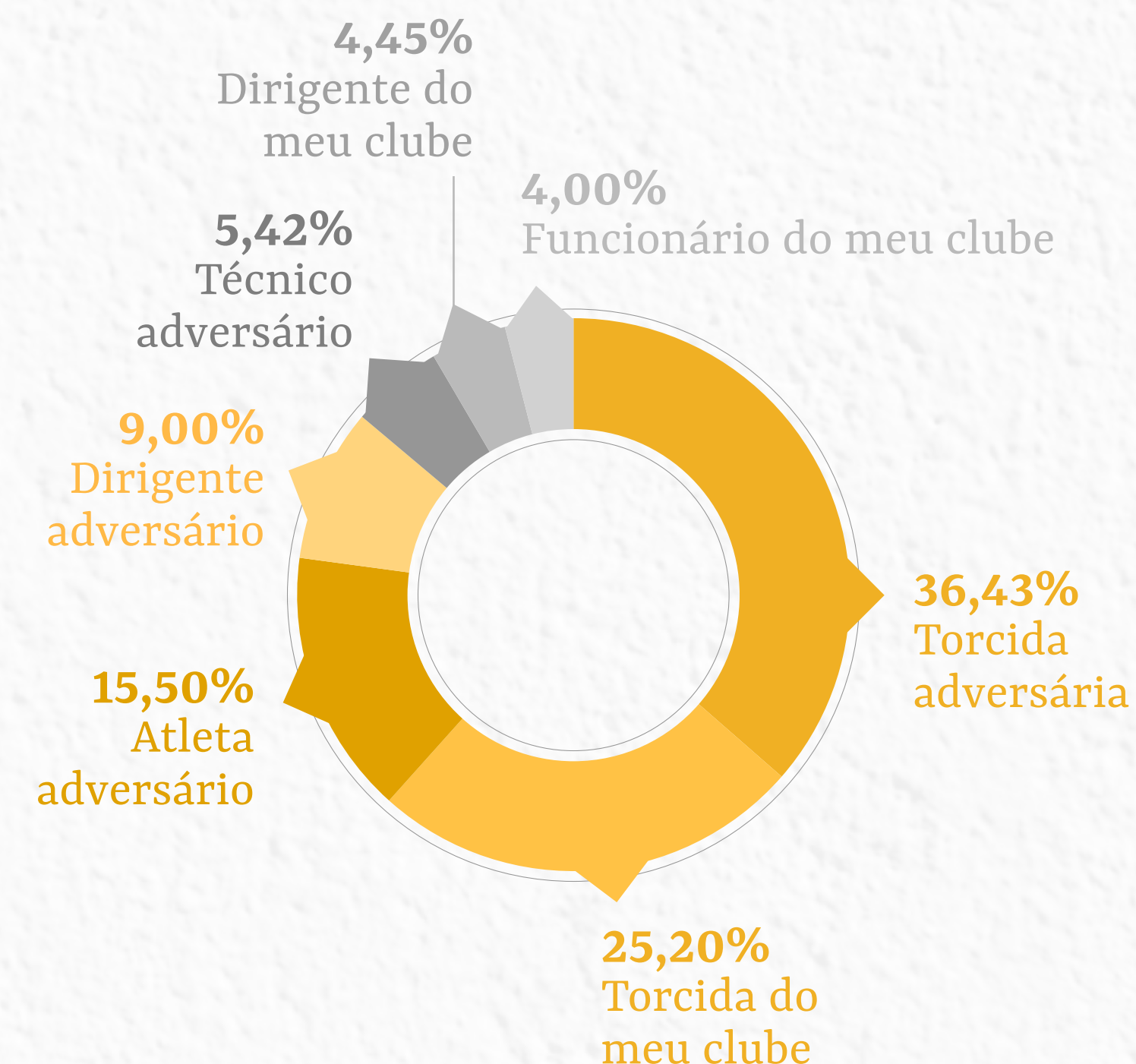
Tão sorrateiro quanto o crime de racismo, a homofobia também se esconde de várias formas e, muitas vezes, nem sequer faz parte do entendimento de homens e mulheres. Panorama que contribui para que apenas 1,6% dos participantes tenham assumido terem sido homofóbicos em algum momento de suas carreiras.

Se pessoas negras e indígenas trazem estampado em seus corpos os motivos pelos quais sofrem discriminação, as pessoas LGBTQIAP+ tentam, em sua maioria, esconder sua sexualidade. Nem que isso lhes custem a saúde mental. Problema que contribuiu para que 30 pessoas tirassem as próprias vidas em 2022 no Brasil - também segundo dados do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIA+.

Para se ter ideia do cerco psicológico contra pessoas não heterossexuais no futebol, ataques oriundos das próprias torcidas aparece como o segundo principal grupo responsável por ofensas homofóbicas (25%), ficando atrás somente de torcida rival (36%).

Uma análise diante dos dados de homofobia traz a certeza de que, além de medidas punitivas, é inadiável uma campanha de conscientização e educação para que atletas, funcionários de forma geral e dirigentes entendam a gravidade do problema e que crimes de intolerância sexual, seja ela violência física ou psicológica, matam.

Quem cometeu o ato homofóbico?



**NEM A FÉ
ESCAPA DA
INTOLERÂNCIA.**



RAIANA
BRITO
2023

QUANDO ALGO NÃO VAI BEM EM NOSSAS VIDAS OU QUANDO NOS SENTIMOS INFERIORES AO PROBLEMA QUE ESTAMOS ATRAVESSANDO, MUITAS VEZES É NA FÉ QUE BUSCAMOS FORÇAS PARA SUPERARMOS DIFICULDADES QUE, À PRIMEIRA VISTA, SÃO INTRANSPONÍVEIS.

É assim para 99% dos brasileiros, que afirmam ter fé, segundo o estudo “Valores dos Brasileiros”, do programa Sintonia com a Sociedade (2019). Até mesmo quem não está inserido nessa parcela da população entende a dimensão da fé na vida de quem a tem.

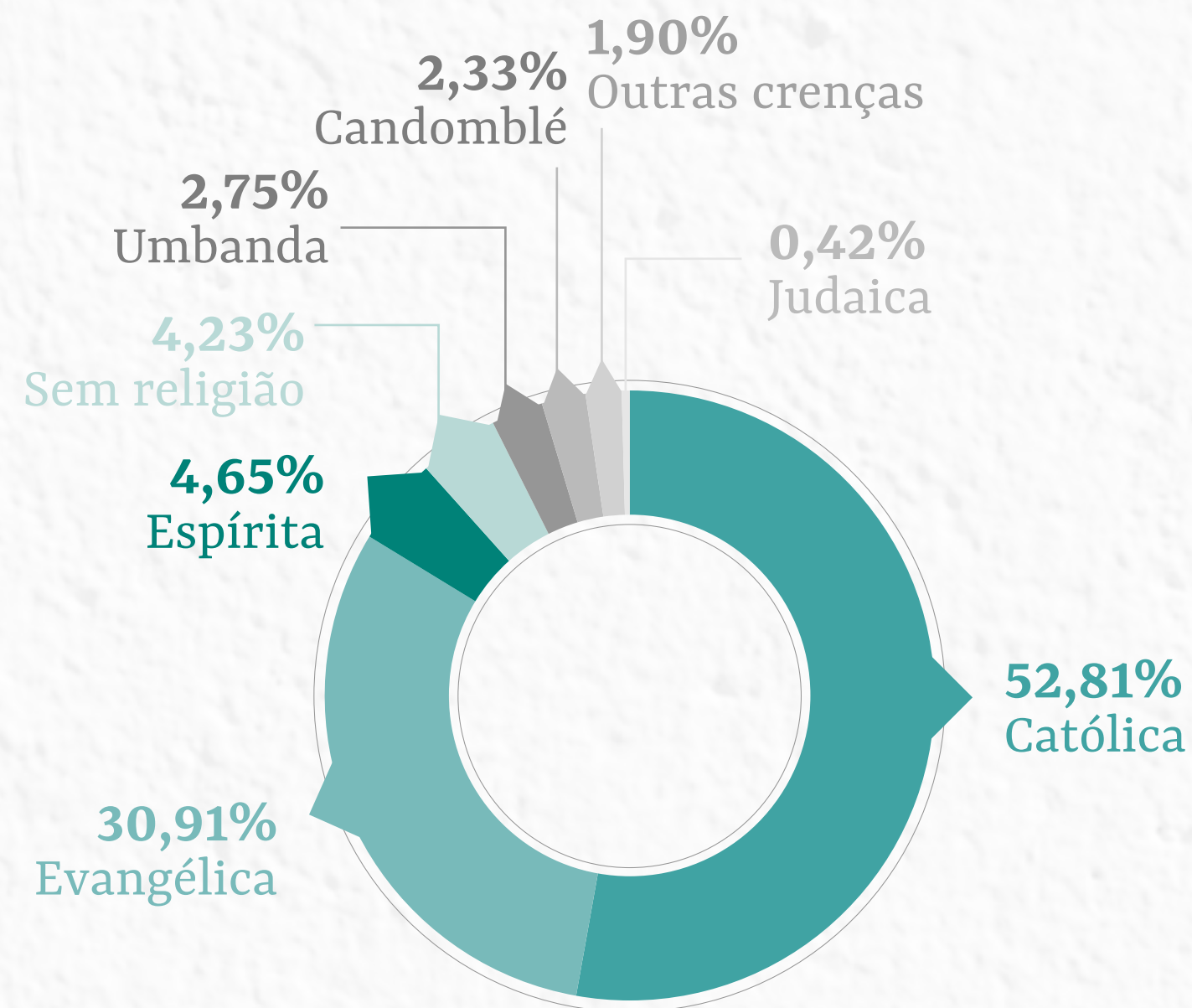
Agora, imagine se até mesmo isso lhe fosse retirado?

Imagine se nem mesmo no seu momento de mais fragilidade, creia você em alguma divindade ou meramente na ciência, você fosse proibido de expressar o que lhe conforta e traz força?

Pois bem, isso é realidade para 97,25% das pessoas que praticam religiões de matrizes africanas no futebol brasileiro. Essa assustadora margem diz não ser respeitada em sua crença no meio do futebol.

Em um país massivamente cristão, ter 52% de católicos e 30,9% de evangélicos dentre as pessoas que responderam a esse questionário não chega a ser surpreendente. Assim como ter quase o mesmo número de pessoas sem religião (4,23%) ao de pessoas que praticam candomblé e umbanda (somadas, são 5,08%).

Religião



O problema é quando alguém é agredido verbalmente pelo simples fato de não pertencer a uma maioria.



A única vez que falei da minha religião, o pessoal ficou dizendo que eu tinha pacto com o diabo e me mandaram calar a boca.

Esse é um relato feito por uma das pessoas participantes do levantamento ao justificar o motivo pelo qual diz não ter segurança para expressar a própria fé.

Em um país em que acontece uma média de três atos de intolerância religiosa por dia - foram 1.2 mil em 2022, segundo levantamento da GloboNews através do Disque 100 -, é urgente que medidas educativas sejam tomadas para que funcionários e atletas desvinculem religiões de matrizes africanas de algo maligno.

**XENOFOBIA
É CRIME,
MAS POUCOS
SABEM.**



RAIANDA
BRITO

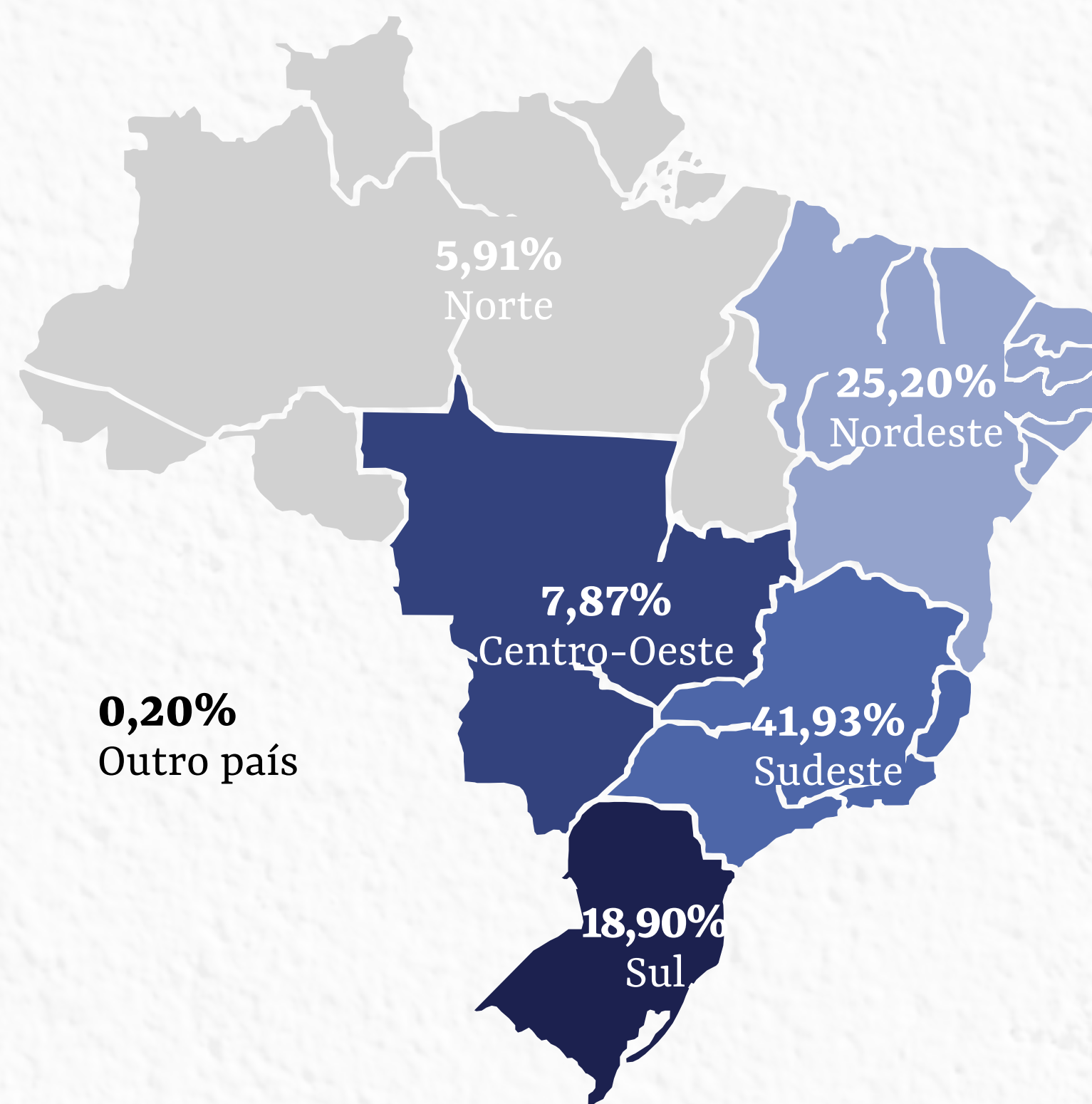
Das diferentes formas de discriminação exploradas neste levantamento, a xenofobia é a que mais evidencia a necessidade de programas educativos desde as divisões de base dos clubes.

Não por ser mais grave - até porque não há como classificar a dor de quem é ofendido, mas sim pelo pouco conhecimento do tema e reconhecimento do problema por parte das pessoas que participaram da pesquisa.

O levantamento aponta que 21% dos participantes sofreram ofensas xenofóbicas, mas apenas 3% se dispuseram a denunciar algo sobre o tema. Em muitos dos casos, inclusive, por não haver um entendimento de que xenofobia é crime - previsto na Lei 9.459 de 1997 que altera os artigos 1º e 20 da Lei 7.716/89, sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Além disso, há pouquíssimo acolhimento para com as vítimas, seja nos casos contra pessoas oriundas de outro país - que representam menos de 1% desse levantamento - ou de participantes nascidos no Norte/Nordeste, representados por 31,11% somados.

Região de origem da pessoa que respondeu ao questionário



Embora esteja inserido no código penal brasileiro, o crime de xenofobia ainda é visto como algo corriqueiro, trivial e sem necessidade de uma intervenção.

Se pautas como racismo e homofobia estão iniciando os primeiros passos em busca de soluções, é necessário que veículos de comunicação, clubes e federações passem a tratar o tema de forma mais didática e incisiva.



ONDE ESTÃO AS MULHERES NO FUTEBOL?



Finalizada em agosto, a Copa do Mundo feminina de futebol trouxe irrefutáveis avanços para o esporte no Brasil. Mesmo com as conquistas, um fator é ainda inegável: não há como comparar, ainda, as competições femininas com as masculinas quando o assunto é investimento, divulgação e massificação.

Considerando o número total de participantes, 28% são mulheres. Desse número, 57% são atletas e evidentemente estão restritas às Séries A1 e A2 do Brasileiro Feminino pelo recorte usado. Outras 35% estão espalhadas em cargos como técnicas, assistentes, dirigentes, assessoria e equipe médica, também do futebol feminino. Apenas 8% delas atuam no futebol masculino. Todas elas ligadas às áreas de comunicação e saúde.

Enquanto isso, na outra ponta, 18% dos homens trabalham nas divisões do Brasileirão Feminino em cargos diversos. Número que faz com que quase metade - exatas 45% - das pessoas que atuam nas Séries A1 e A2 do campeonato feminino sejam homens.

Os números evidenciam que, enquanto os homens conseguem transitar entre competições masculinas e femininas, o mesmo não ocorre com as profissionais mulheres na mesma proporção.

O recorte deixa nítida a urgência de um trabalho que qualifique e incentive a abertura de espaço para mulheres em cargos diretivos e de liderança. Sejam esses em competições masculinas ou femininas.

O recorte deixa nítida a urgência de um trabalho que qualifique e incentive a abertura de espaço para mulheres em cargos diretivos e de liderança. Sejam esses em competições masculinas ou femininas.





RAIANA
BRITO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Onde está o seu clube além da cobertura esportiva nos veículos de comunicação? Em qual momento do seu dia você consegue enxergá-lo em meio à rotina? E as federações, quando você ouve falar delas?

Se as perguntas acima trazem repostas ligadas majoritariamente a competições, você acaba de começar a perceber uma das principais oportunidades para que possamos avançar na construção de um esporte mais tolerante.

No passado, uma simples postagem nas redes sociais ou uma camisa em alusão à luta social eram tidas como peças fundamentais para o combate aos atos discriminatórios. Atualmente, no entanto, esse tipo de ação é insuficiente e soa oportunista.

Os números expostos nesse levantamento evidenciam a baixa eficácia dessas e outras medidas educativas que clubes, entidades que regem o futebol e também empresas patrocinadoras realizaram até então. Entretanto apontam um caminho: a solução se faz com a maior inserção e atuação dessas organizações no combate às diferentes formas de discriminação.

Campanhas de conscientização, projetos junto a escolas e bairros nos arredores de cada clube, inclusão de códigos de conduta desde as categorias de base, com processos educativos e, principalmente, estímulo a uma convivência saudável com as diferenças. Essas são algumas das fáceis alternativas a serem buscadas.

De ordem mais complexa, porém uma ação extremamente necessária, é sobre criar condições para participação mais ativa de atletas no debate e na construção de soluções. Além disso, a existência de mecanismos seguros para denúncia, acolhimento, orientação e apoio principalmente frente a ações discriminatórias.





As oportunidades de evolução, no entanto, ultrapassam os muros de cada clube e federação, extrapolando os limites do futebol. Uma política de combate ao racismo, à homofobia, à intolerância religiosa e à xenofobia, entre outras discriminações, requer integração e rigidez. Medidas punitivas se fazem urgentes.

Se a divulgação desses números é importante para o início de um novo caminho no combate a atos discriminatórios, a forma como casos existentes serão contados também é determinante. E isso inclui os veículos de comunicação.

Trazer à tona cada caso é essencial, mas fazer disso moeda de troca por cliques e audiência, expondo as vítimas sem apontar possíveis soluções e cobrar os responsáveis, nada mais é do que propagar o crime, enaltecer o sofrimento e se lambuzar com a dor de quem sofre perseguição diária. Dentro e fora do esporte.

Ainda a destacar: a importância de seguir monitorando os avanços e promover estudos e pesquisas recorrentes sobre a temática.

Em linhas gerais, ficam as recomendações e as expectativas de que haja um avanço considerável no combate a atos discriminatórios em nosso futebol, principalmente por meio da integração e coordenação de esforços com o Governo Federal e seu plano de ação para o combate ao racismo nas áreas de esporte e lazer, e com a CBF em sua crescente agenda estabelecida em torno da temática.

Diante disso, destaca-se os seguintes caminhos estratégicos.

Educação

Fomento de estudos e pesquisas sobre diversidade e discriminação, além de iniciativas de monitoramento de casos

Inclusão de temas como racismo, homofobia, xenofobia e machismo na formação desde as categorias de base, com palestras e workshops educativos

Inclusão de matérias antidiscriminatórias em cursos de formação para profissionais do futebol, como cursos de técnicos e executivos de futebol

Conscientização

Criação de materiais didáticos para serem distribuídos às torcidas

Utilização de ídolos em campanhas de combate à discriminação

Aumento da recorrência de mensagens antidiscriminatórias nos estádios, para além de datas comemorativas

Punição

Elevar o número de pessoas não brancas no Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD)

Escalonar as punições para clubes de acordo com o engajamento desses - ou não - em projetos antidiscriminatórios

Individualizar as punições, desde que o ocorrido não seja algo alastrado por boa parte da torcida

Fomento

Direcionar as multas oriundas de atos discriminatórios para que instituições realizem projetos e pesquisas de combate à discriminação

Direcionar ao menos 1% das premiações das competições para projetos de desenvolvimento social junto às comunidades

Criar mecanismo que faça com que patrocinadores do futebol sejam incentivados a investirem em campanhas e ações antidiscriminatórias

Intersetorialidade

Agenda integrada em torno do combate ao racismo, homofobia, xenofobia e intolerância religiosa

Criação de um comitê que envolva representantes dos clubes, governo, entidades e empresas para elaboração de metas anuais a serem executadas pelos setores

Criação de vagas direcionadas a mulheres, negros e indígenas nos cursos de formação para profissionais do futebol

Que esse levantamento possa então contribuir, assim como foi idealizado, para o início de um ciclo mais assertivo visando mais diversidade, inclusão e respeito no futebol – e na sociedade em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Disque 100 - Serviço para denúncia de violações de direitos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Levantamento feito pela GloboNews. Julho, 2022.

Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil. Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+. Maio, 2023.

Mapa da Violência - Série de Estudos. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). De 1998 a 2016.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características Gerais dos Moradores. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Julho, 2022.

RAMOS, Fabricio A. **Diversidade e Inclusão no Esporte – Estudo Sobre as Conquistas e os Desafios da Comunidade LGBTQIA+ no Brasil.** Nix Diversidade e Economia Social. São Paulo – SP, 2022.

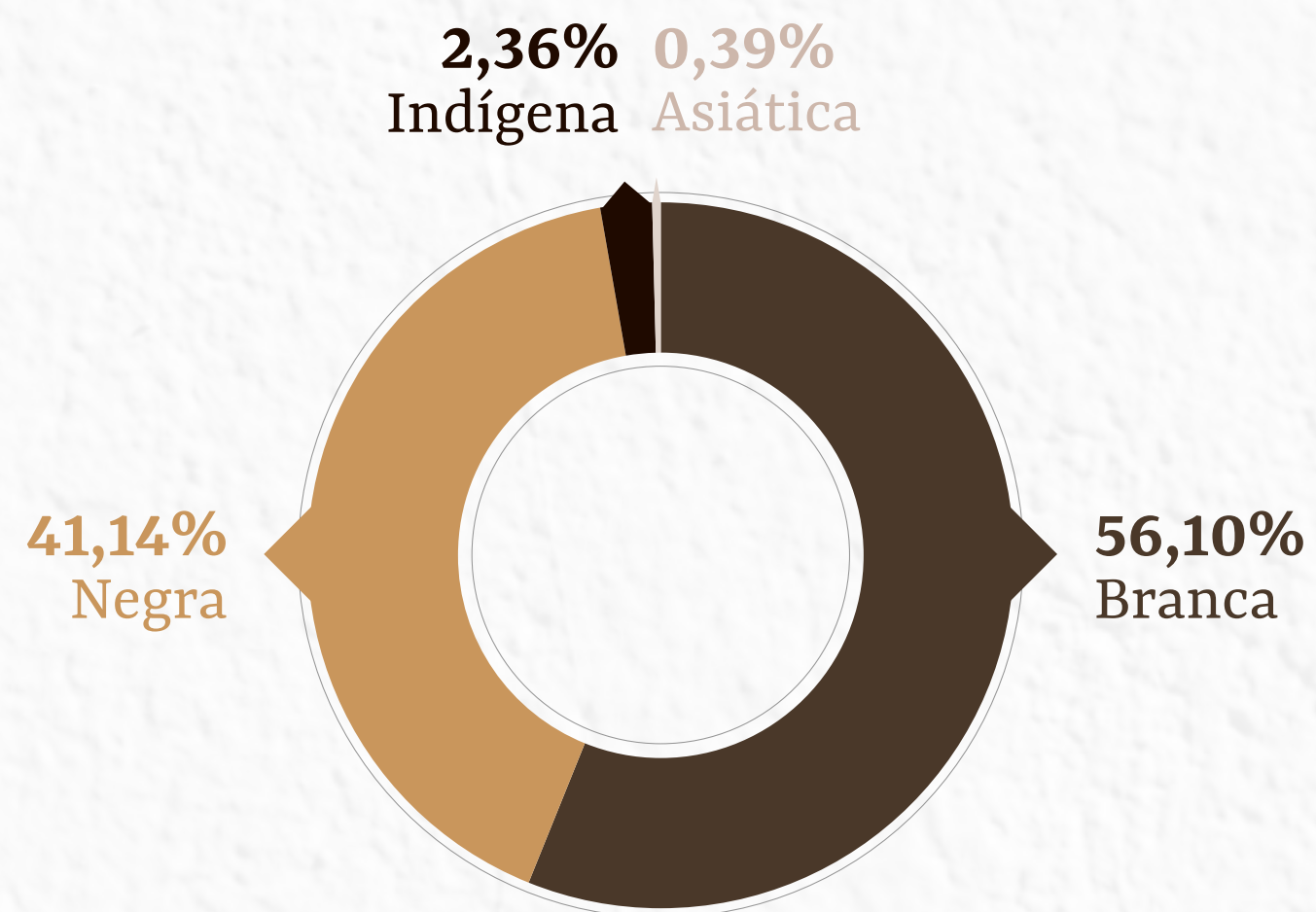
Relatório do grupo de trabalho técnico com a finalidade de elaborar um plano de ação do Governo Federal para o combate ao racismo nas áreas de esporte e lazer. Governo Federal do Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Igualdade Racial; e Ministério do Esporte. Brasília. Julho, 2023.

Sintonia com a Sociedade. Pesquisa Globo - 2019.

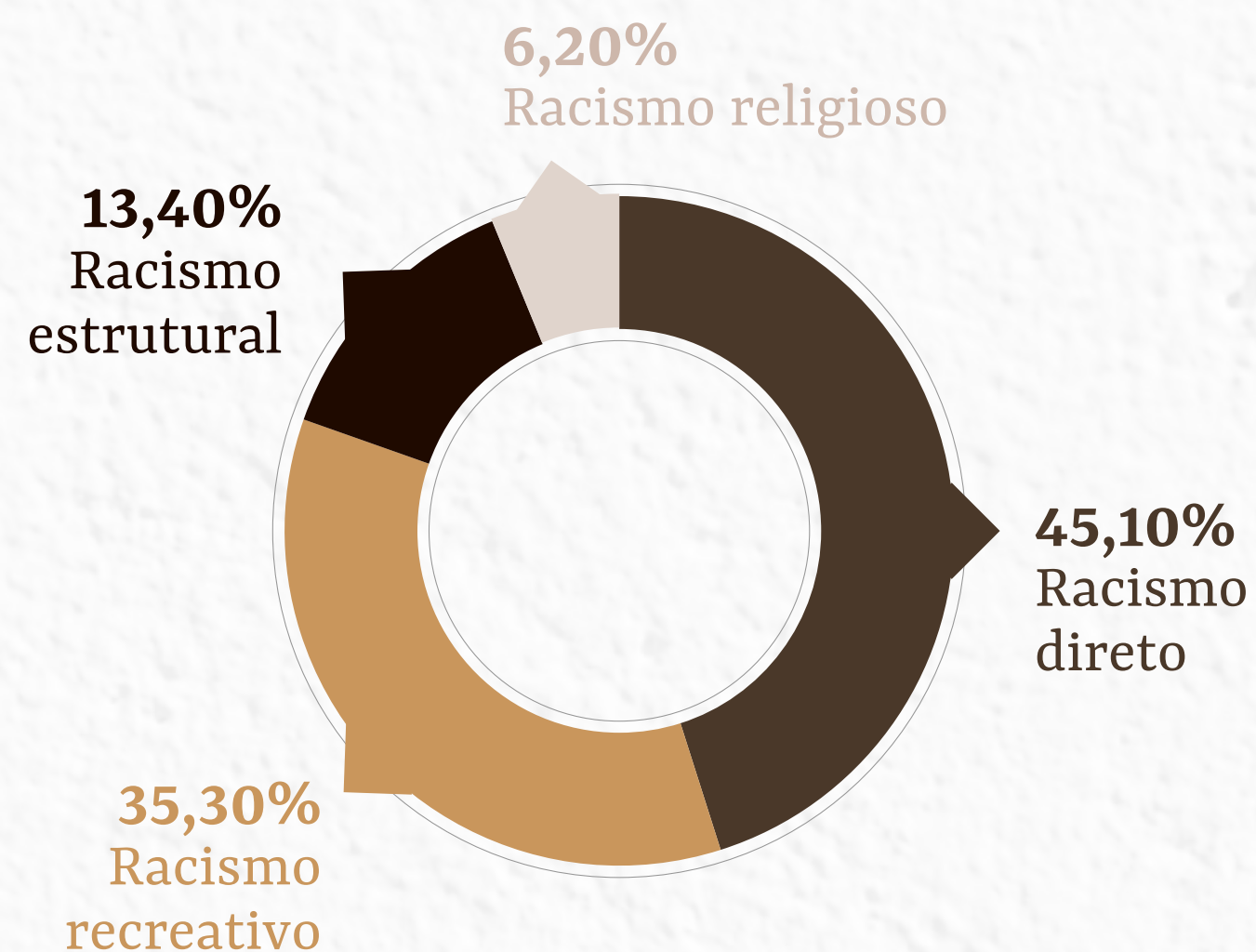
APÊNDICE

RAÇA

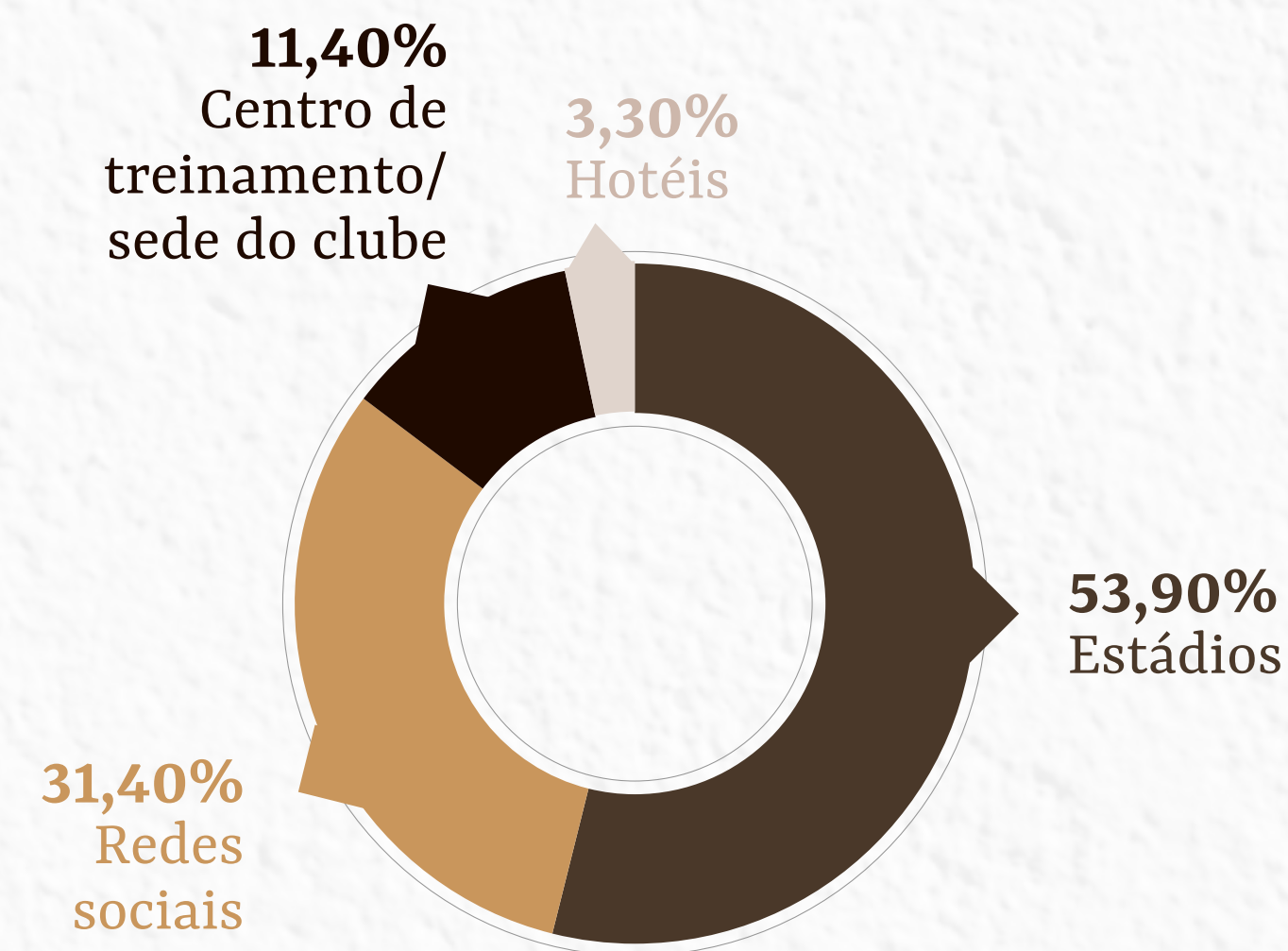
Qual a sua raça?



Qual tipo de racismo mais recorrente?



Onde você foi vítima de racismo?



Você já sofreu racismo?

Negros:

Não **58,20%**
Sim **41,80%**

Indígenas:

Não **68,40%**
Sim **31,60%**

Denunciou racismo?

Não **59,30%**
Sim **40,70%**

Estados onde ocorreu racismo

Rio Grande do Sul	23,40%
Paraná	18,45%
Minas Gerais	18,12%
Santa Catarina	13,10%
São Paulo	9,30%
Rio de Janeiro	8,60%
Pernambuco	2,63%
Bahia	2,10%
Amazonas	1,70%
Alagoas	1,50%
Ceará	1,10%

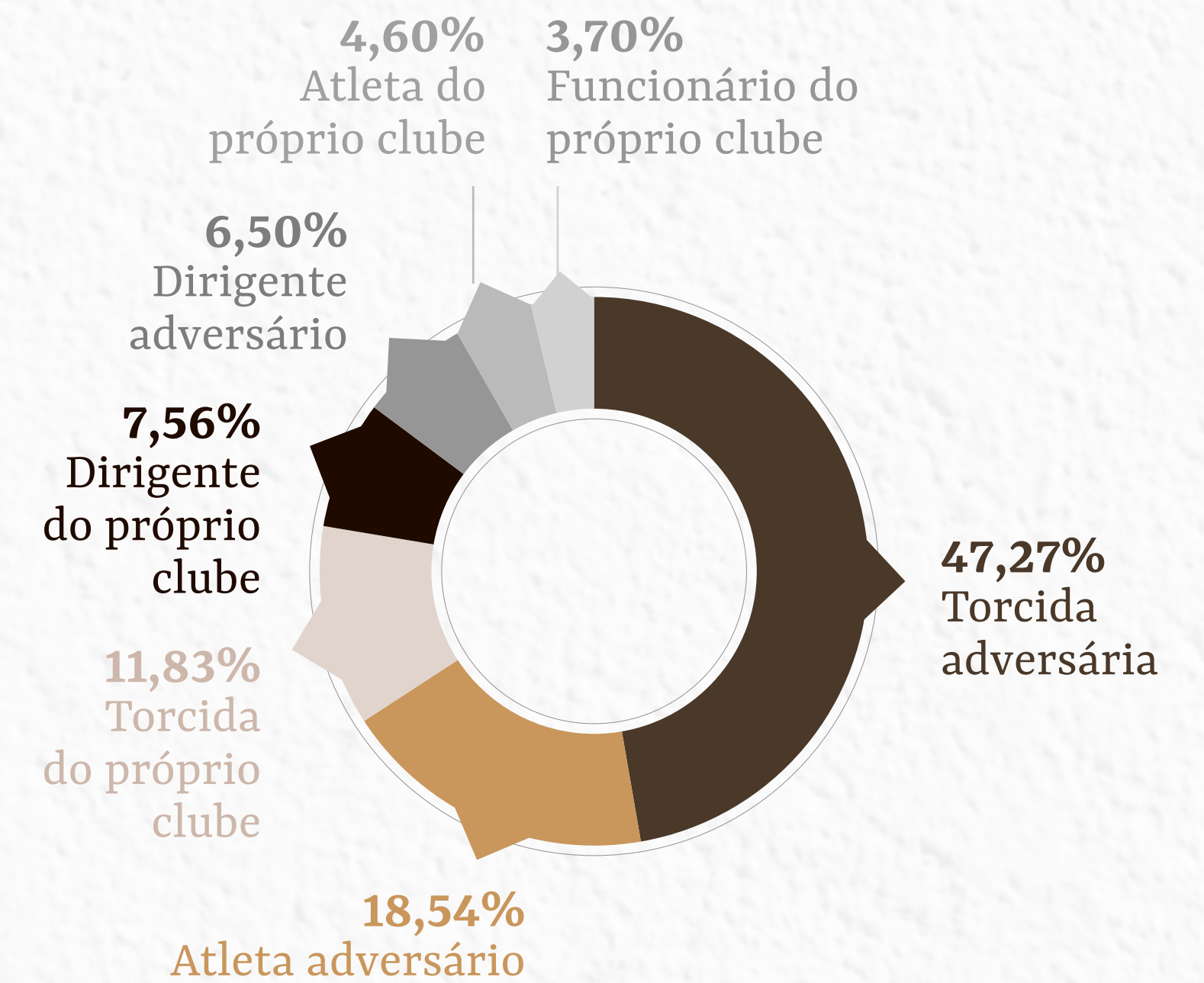
Afirma ter visto um ato racista a um terceiro

Sim	52,57%
Não	47,43%

Afirma ter cometido um ato racista

Não	98,26%
Sim	1,74%

Quem cometeu um ato racista?



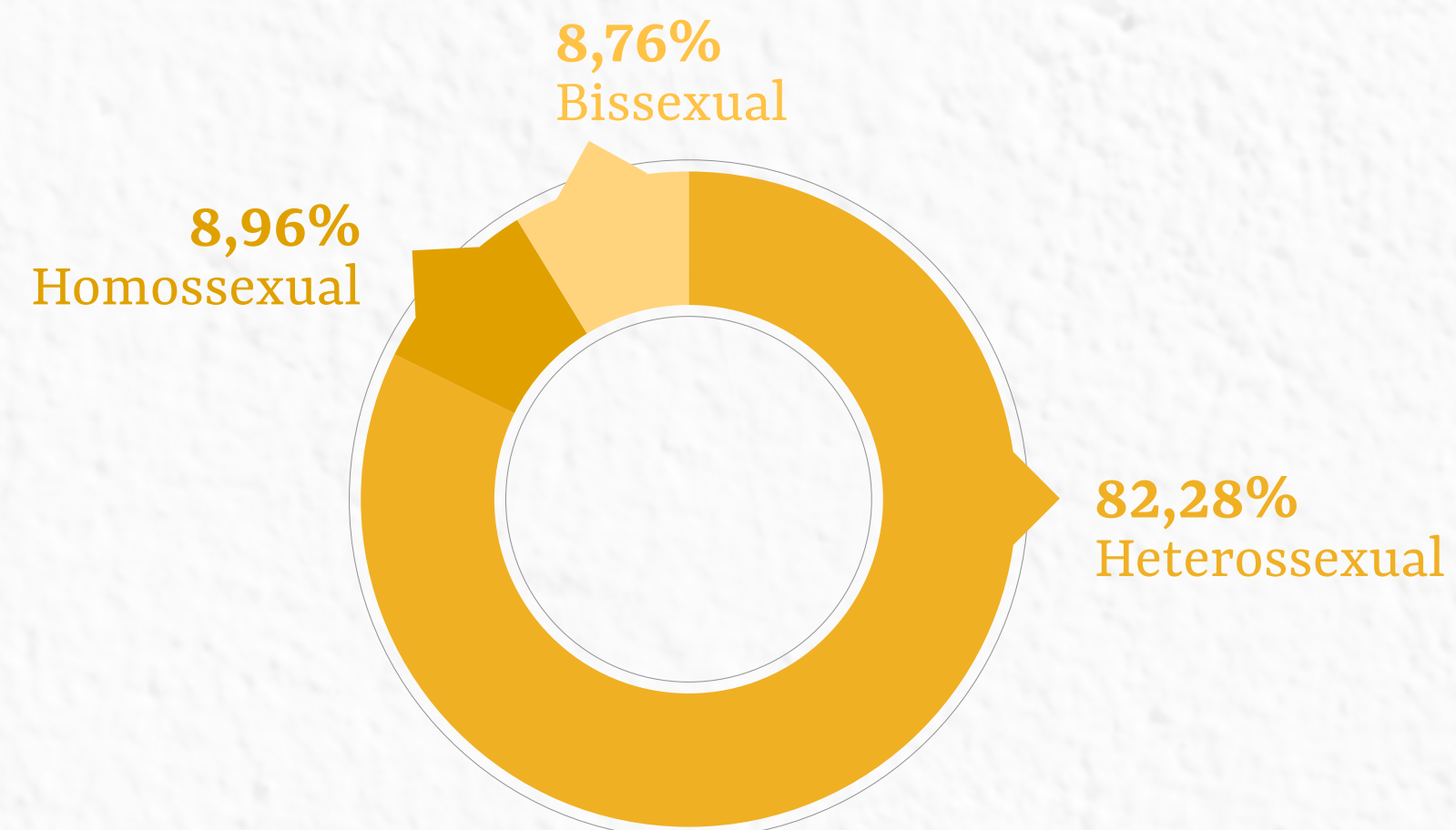
ORIENTAÇÃO SEXUAL

Gênero



*Absolutamente ninguém se declarou de outro gênero

Orientação sexual



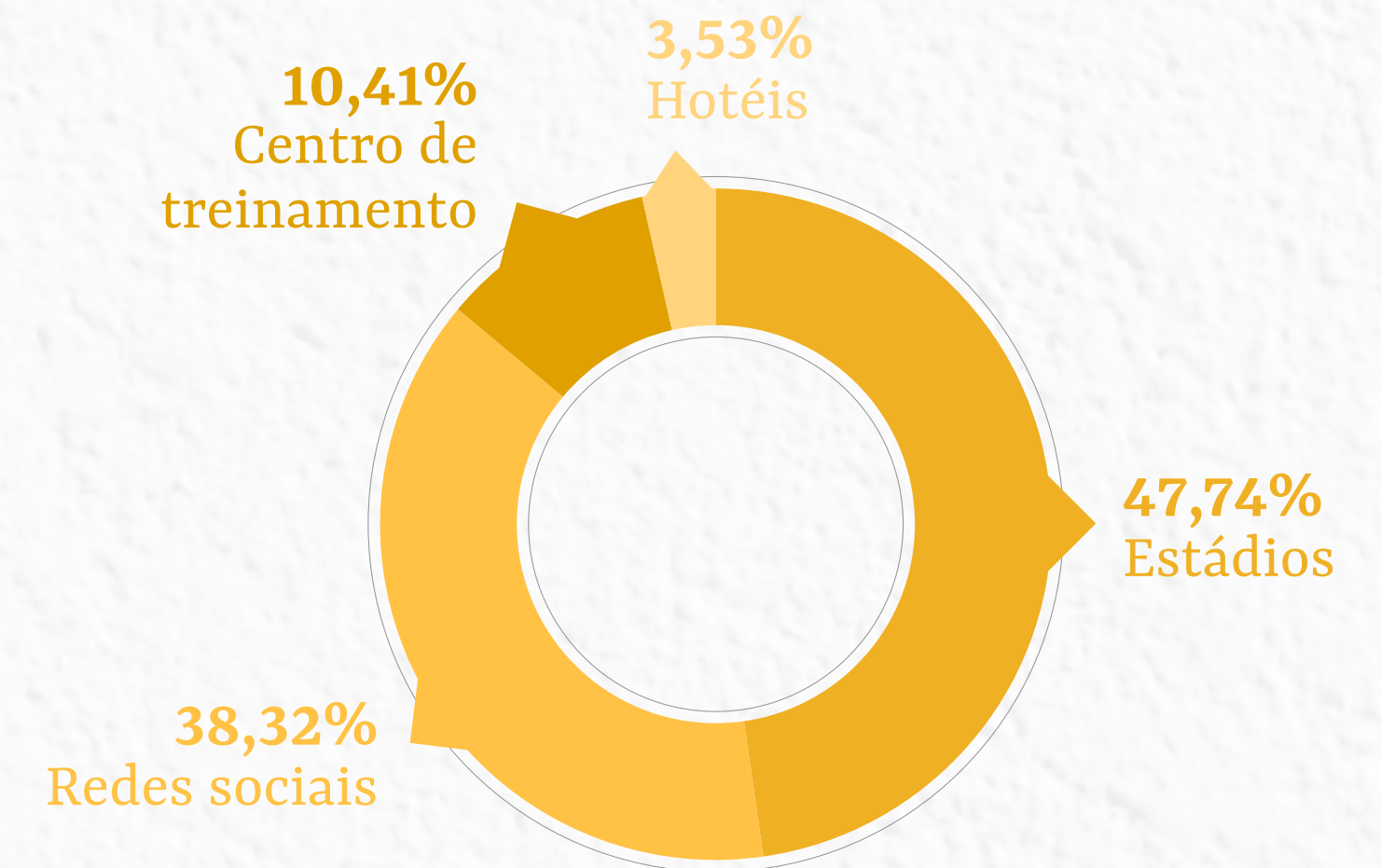
Afirma ter sofrido homofobia

Não **70,00%**
Sim **30,00%**

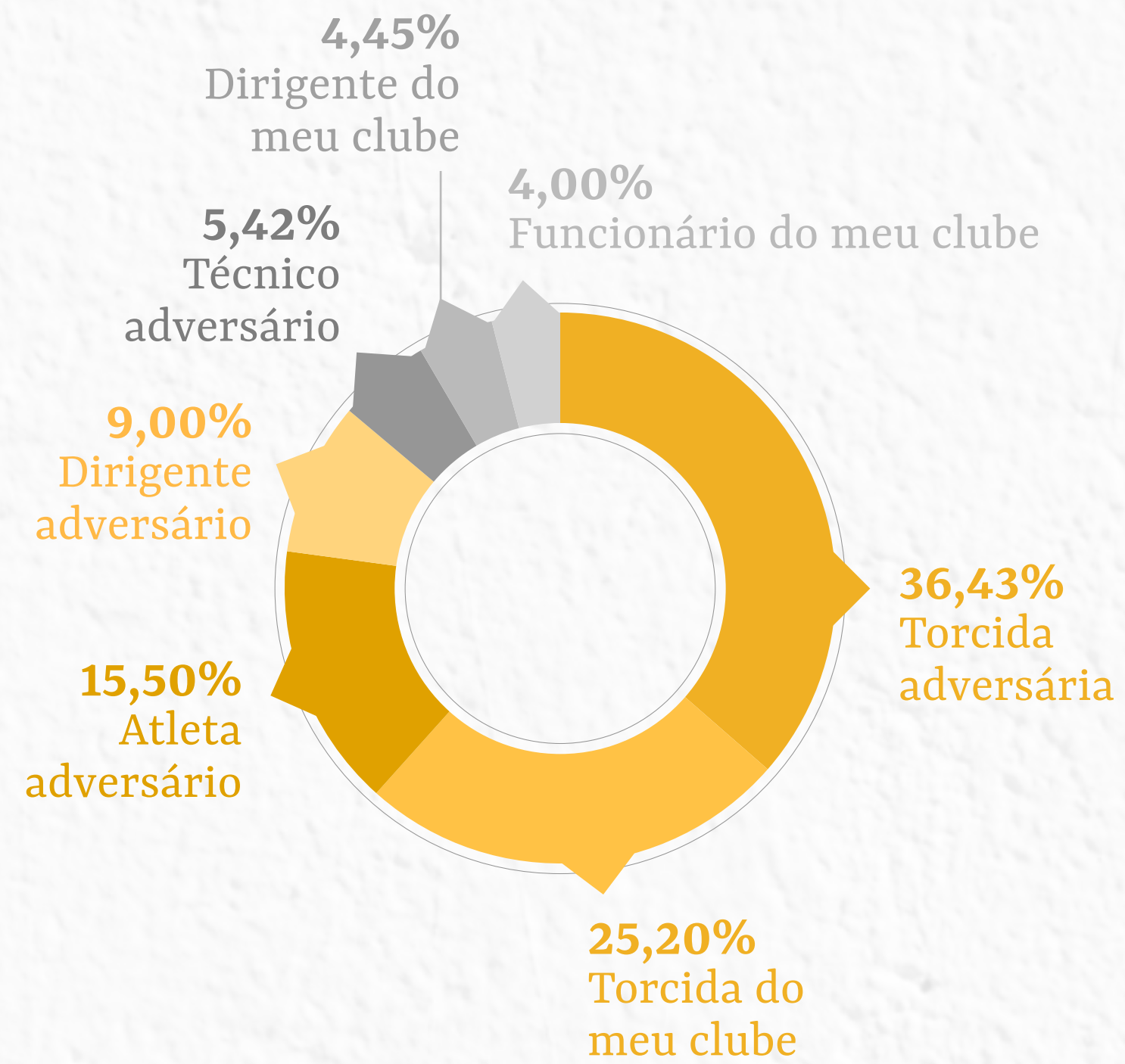
Denunciou a homofobia

Não **85,19%**
Sim **14,81%**

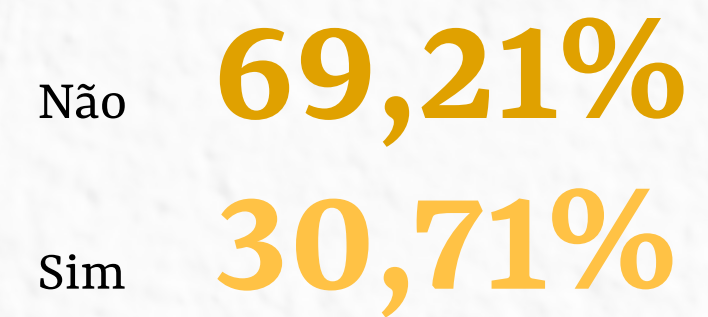
Local onde o ato homofóbico ocorreu



Quem cometeu o ato homofóbico?



Afirma ter visto um ato homofóbico

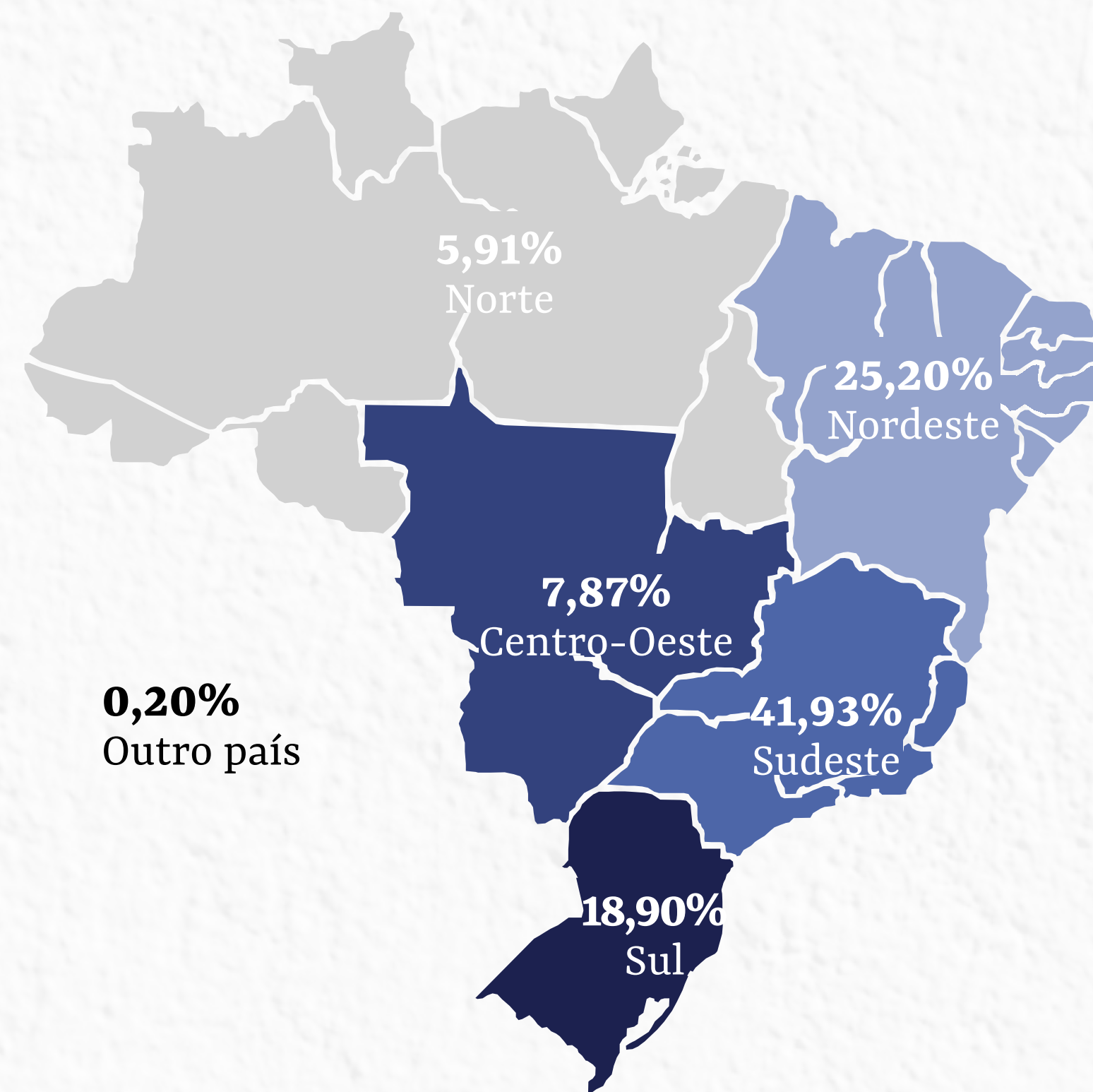


Afirma ter cometido um ato homofóbico



ORIGEM

Região de origem da pessoa que respondeu ao questionário



Afirma ter sofrido xenofobia

Não **78,94%**
Sim **21,06%**

RELIGIOSIDADE

Possui alguma crença?

Sim **93,11%**
Não **6,89%**

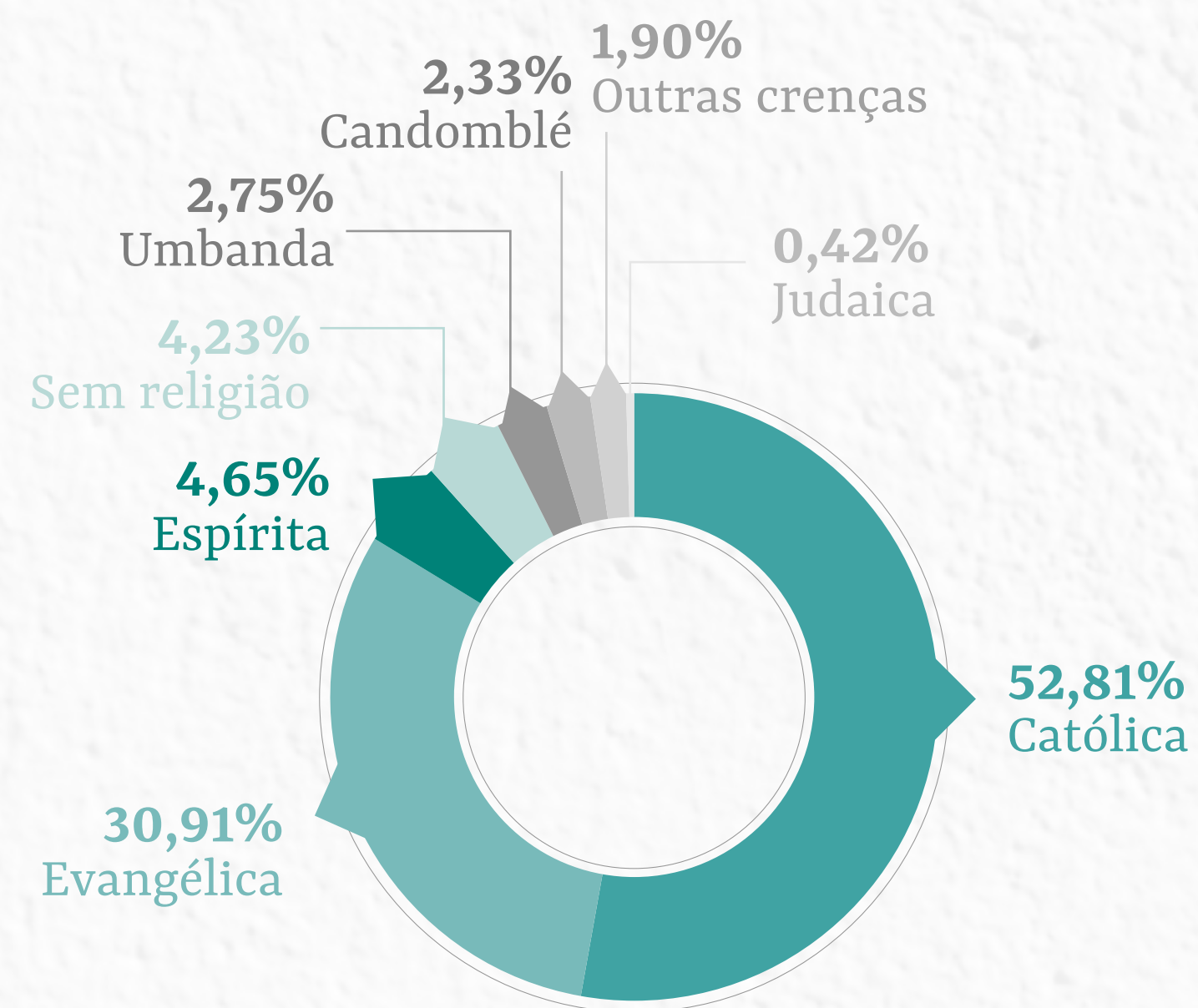
Tem a crença respeitada no futebol?

Sim **89,64%**
Não **10,36%**

Religiões

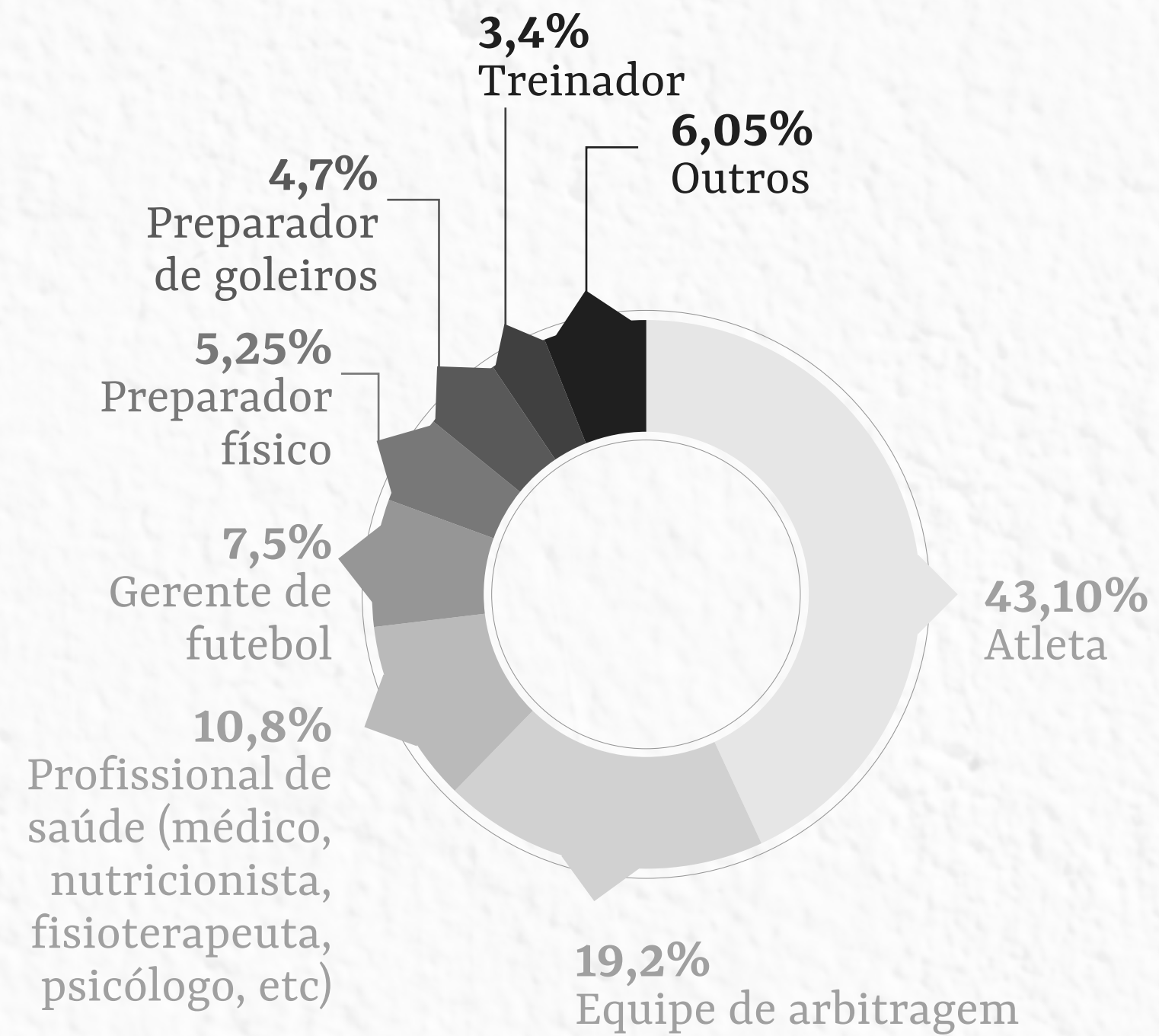
*Praticante de Candomblé/Umbanda

Não **97,25%**
Sim **2,75%**



DADOS GERAIS

Funções que exercem no futebol



Negros e indígenas funções

